

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 PEDIDO DE COMPRA (COMUNICAÇÃO DE FASE INTERNA)

1.1 Pedido de Compra n.º 1422.

2 ANEXO GERADO NO SISTEMA (COMUNICAÇÃO DE FASE INTERNA)

2.1 Anexo n.º 939

3 UNIDADE REQUISITANTE

3.1 Departamento de Serviços Públicos.

4 OBJETO

4.1 Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de locações de máquinas pesadas e caminhão basculante e prancha para atender a demanda do Departamento de Serviços Públicos, pelo Menor Preço por Item, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes.

5 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO E VALOR MÁXIMO

LOTE 1

Valor Máximo do Lote: 625.662,00 (seiscentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e dois reais)

Ordem	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	106713	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO DE 8 M³, 08:00 HS TRABALHADA POR DIA. COM COMBUSTIVEL, MANUTENÇÃO, MOTORISTA E ALIMENTAÇÃO POR CONTA DO LOCADOR.	DIÁRIA	300	2.085,54	625.662,00

LOTE 2

Valor Máximo do Lote: 354.167,50 (trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

Ordem	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	103851	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PRANCHA COM CAPACIDADE DE ATÉ NO MÍNIMO 27 TONELADAS PARA TRASNPORTR MÁQUINAS PESADAS NO PERÍMETRO URBANO E ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO MOTORISTA, MANUTENÇÃO E COMBUSTÍVEL, TRASPORTE, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, PARA ATENDER AS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MENOR PREÇO POR VIAGEM.	VIAGEM	250	1.416,67	354.167,50

LOTE 3

Valor Máximo do Lote: 167.752,00 (cento e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e dois reais)

Ordem	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	108398	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2016, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 147HP, UM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 21.000KG, EQUIPADA COM CAÇAMBA DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) DENTES, COM OPERADOR DE MÁQUINA DEVIDAMENTE HABILITADO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COMBUSTÍVEL, MECÂNICA E REPAROS EM GERAL POR CONTA E ÔNUS DA EMPRESA CONTRATADA. PARA ATENDER AS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MENOR PREÇO POR HORA TRABALHADA..	HORA	400	419,38	167.752,00

LOTE 4

Valor Máximo do Lote: 85.392,00 (oitenta e cinco mil, trezentos e noventa e dois reais)

Ordem	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	103853	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCAVAÇÃO / TERRAPLENAGEM / AGRÍCOLA - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA TIPO RETROESCAVADEIRA TRAÇADA COM POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR DE 78 HP,ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2012. COM OPERADOR DE MÁQUINA DEVIDAMENTE HABILITADO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA,COMBUSTÍVEL, MECÂNICA E REPAROS EM GERAL POR CONTA E ÔNUS DA EMPRESA CONTRATADA. PARA ATENDER AS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MENOR PREÇO POR HORA TRABALHADA.	HORA	400	213,48	85.392,00

LOTE 5

Valor Máximo do Lote: 37.586,00 (trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e seis reais)

Ordem	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	108399	LOCAÇÃO DE MINICARREGADEIRA - MÍNIMO 72 HP, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 3.500 KG, CARGA DE TOMBAMENTO DE NO MÍNIMO 2.400 KG, ALTURA MÍNIMA DE DESCARREGAMENTO 3,10 METROS. ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. COM OPERADOR DE MÁQUINA DEVIDAMENTE HABILITADO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA,COMBUSTÍVEL, MECÂNICA E REPAROS EM GERAL POR CONTA E ÔNUS DA EMPRESA CONTRATADA. PARA ATENDER AS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MENOR PREÇO POR HORA TRABALHADA.	HORA	200	187,93	37.586,00

LOTE 6

Valor Máximo do Lote: 102.408,00 (cento e dois mil, quatrocentos e oito reais)

Ordem	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	103852	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA - MÍNIMO 120 HP, CAÇAMBA DE 2.00 M³ DESPEJO 2,50 M. IDADE MÁXIMA DE 05 (CINCO) ANOS. COM OPERADOR DE MÁQUINA DEVIDAMENTE HABILITADO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COMBUSTÍVEL, MECÂNICA E REPAROS EM GERAL POR CONTA E ÔNUS DA EMPRESA CONTRATADA. PARA ATENDER AS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MENOR PREÇO POR HORA TRABALHADA.	HORA	400	256,02	102.408,00

LOTE 7

Valor Máximo do Lote: 115.601,50 (cento e quinze mil, seiscentos e um reais e cinquenta centavos)

Ordem	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	108565	LOCAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA COM POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR DE 170 HP, PESO BRUTO MÍNIMO DE 17.000 KG, ANO DE FABRICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 2012. COM OPERADOR DE MÁQUINA DEVIDAMENTE HABILITADO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COMBUSTÍVEL, MECÂNICA E REPAROS EM GERAL POR CONTA E ÔNUS DA EMPRESA CONTRATADA. PARA ATENDER AS ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS PELA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MENOR PREÇO POR HORA TRABALHADA.	HORA	350	330,29	115.601,50

6 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

6.1 A referida contratação se faz indispensável tendo em vista suprir a deficiência de máquinas pesadas, para a realização dos serviços (escavação, terraplanagem, entulho e ramos), como também o aumento dos serviços executados por esta secretaria e nossa frota não tem condições para assumir a grande demanda dos serviços urbanos.

7 PRIORIDADE LOCAL DE CONTRATAÇÃO

7.1 As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas localmente, desde que legalmente autorizados a atuarem no ramo pertinente ao objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências contidas neste Termo de Referência e em Edital, nos termos do § 3.º do art. 48 da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, e do art. 34.º ao art. 54º da Lei Complementar Municipal n.º 341 de 12 de dezembro de 2019, gozam de prioridade de contratação.

7.2 Conceitua-se:

7.2.1 Localmente: o limite geográfico da cidade de Marialva.

7.3 A supracitada prioridade de contratação visa ampliar a eficiência de políticas públicas, especialmente do Programa Marialva Compra, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social, valorizando os empresários locais gerando renda e mais empregos nessas localidades, por meio do incentivo à sua participação nas compras públicas do Município de Marialva.

7.4 Além disso, foram identificados, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte locais, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme a seguir.

8 CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 O critério de julgamento do presente processo licitatório dar-se-á pelo Menor Preço por Item.

9 PESQUISA DE PREÇOS E FORMULAÇÃO DO VALOR REFERENCIAL

9.1 O preço máximo para a presente licitação é de R\$ 1.488.569,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais), que foi obtido após ampla pesquisa de mercado, conforme demonstrativo da formulação do preço de referência anexo, com disparidade máxima aceitável de 140% do menor valor obtido de toda a “cesta” de preços.

9.2 A referida pesquisa de preços detalhado foi realizada por:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Marcelo Sanches	Diretor Geral de Serviços Públicos	4542

10 CLASSIFICAÇÃO DE OBJETO COMUM

10.1 O objeto dessa licitação é classificado como comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrão de qualidade objetivamente definido, nos termos do art. 1.º da Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002. Desta forma, essa unidade requisitante considera a modalidade pregão como a mais adequada ao presente caso, tendo em vista a baixa complexidade na elaboração e condução do processo licitatório.

11 JUSTIFICATIVA FÁTICA PARA A ADOÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

11.1 A adoção da forma presencial se justifica em virtude do atendimento ao previsto no § 1.º, Inciso IX, do art. 34.º Lei Complementar Municipal n.º 341 de 12 de dezembro de 2019, que institui a preferência por tal modalidade presencial quando identificados potenciais fornecedores do objeto (Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) sediados local ou regionalmente.

11.2 Neste caso, após consulta realizada por essa unidade requisitante, constatou-se que há empresas capazes de atender ao objeto desta licitação sediadas local, sendo que sua eventual contratação poderá resultar no fomento à economia e ao desenvolvimento local, conforme pressupõe fundamentadamente a legislação já referenciada.

11.3 Ainda, a forma eletrônica pode acarretar alguns prejuízos ao Município de Marialva, especialmente, no que se refere ao cumprimento contratual, por conta em grande parte da distância que permite a modalidade e o desinteresse posterior de licitantes, decorrente justamente dessa distância por ocasião da adjudicação. Ademais, no que se refere à opção pela modalidade presencial, é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação, sem prejuízo à competitividade, além das tratativas com as empresas vencedoras.

11.4 Além disso, a Administração Pública tem o poder discricionário para decidir sobre as modalidades licitatórias de acordo com sua necessidade e conveniência, desde que motivadas, o que foi devidamente disposto anteriormente, justificada a inviabilidade da utilização do pregão na forma eletrônica, optando-se, como aqui se faz, pela utilização do pregão presencial.

12 SUBCONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1 É vedada a subcontratação para a presente licitação, pois o objeto pode ser executado plenamente pela contratada vencedora. Sendo assim, não é possível mensurar a vantajosidade à contratante da subcontratação.

13 DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

13.1 Além dos documentos e declarações solicitados habitualmente pela Secretaria Municipal de Administração (SEAD) no procedimento licitatório para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e habilitação jurídica, exigir-se-á para a presente licitação a apresentação dos documentos relacionados a seguir, na fase de habilitação:

13.1.1 Anexar junto à proposta, cópia da nf do equipamento ou documento do veículo em nome da empresa com as especificações mínimas exigidas, em nome da proponente.

13.1.2 Apresentar cópia do registro do operador e/ou motorista.

13.2 A não apresentação dos documentos relacionados anteriormente implicará na desclassificação do proponente durante o certame.

13.3 NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO

13.3.1 Apólice de seguro dos equipamentos ofertados

13.4 A não apresentação do documento relacionado anteriormente, incidirão nas sanções previstas no edital, cláusula – DA ADJUDICAÇÃO E DO CONTRATO

14 PRAZO, LOCAL, EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1 A execução dos serviços será parcial e deverá ser iniciada em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data de ciência por parte da contratada da emissão da Solicitação de Despesa, Nota de Autorização de Despesa (NAD) e/ou Nota de Empenho pela contratante, diretamente nos locais indicados pela unidade requisitante no(s) supracitados documento(s) emitido(s).

14.2 Todos os serviços serão executados mediante recebimento provisório, ou seja, a contratante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de finalização da execução dos serviços, essa devidamente informada pelo recebedor na respectiva nota fiscal/fatura juntamente com a sua assinatura, para avaliar e conferir a execução do objeto às exigências constantes em Termo de Referência, em Edital e Contrato.

14.3 O recebimento definitivo será realizado pelos fiscais de contrato e/ou

servidores técnicos indicados previamente pela unidade requisitante.

14.4 As avaliações e conferências do objeto executado durante o recebimento provisório pela unidade requisitante, visando à garantia de prestação das obrigações, proceder-se-ão na seguinte forma:

14.5 O objetivo da avaliação é garantir ao Município de Marialva a qualidade mínima exigida do objeto.

14.6 Os critérios da avaliação serão: qualidade; segurança; e durabilidade do objeto.

14.7 Os métodos da avaliação serão: a análise, medições, testes de qualidade, a comparação física do objeto às exigências previstas no descritivo editalício; conferência das certificações apresentadas, quando solicitadas no Termo de Referência, mediante validação de autenticidade perante o instituto ou órgão competente.

14.8 Se durante a avaliação e conferência a unidade requisitante constatar que o objeto não está em conformidade às exigências editalícias e/ou apresenta algum defeito, o mesmo será recusado.

14.9 O objeto recusado deverá ser substituído/reparado no prazo indicado pela unidade requisitante, contados a partir da ciência da notificação apresentada à contratada pela contratante.

14.10 A não substituição no prazo indicado pela unidade requisitante resultará na aplicação imediata das multas moratórias previstas nas sanções deste Termo de Referência.

14.11 O Município de Marialva aceitará até 01 (uma) substituição/reparação por Solicitação de Despesa, NAD e/ou Nota de Empenho do objeto em desacordo às exigências editalícias e/ou com defeito de fabricação.

14.12 Será caracterizado o recebimento definitivo, quando o objeto estiver em conformidade às exigências editalícias, contados os 05 (cinco) dias úteis do seu recebimento provisório.

14.13 As condições de recebimento provisório e recebimento definitivo são estabelecidas e regulamentadas pela Lei Federal n.º 8.666/1993, art. 73.º, Inciso II, e adotadas pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, art. 123.º, Inciso II e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) em sua Instrução de Serviço n.º 119/2018, atualizada de acordo com a Instrução de Serviço n.º 123/2018.

14.13.1 O Município de Marialva utilizou como base a legislação supracitada para regulamentar os recebimentos provisórios e definitivos constantes neste Termo de Referência.

14.14 Poderá ser dispensado pela contratante o recebimento provisório nos casos particulares previstos em lei.

15 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 A dotação orçamentária foi indicada por essa unidade requisitante sistemicamente no Pedido de Compra epígrafe, a qual será vinculada automaticamente no Edital, desde que aprovada pelo setor contábil e atestada a previsão de recursos orçamentários pelo mesmo para fazer face às despesas decorrentes da execução do objeto deste procedimento licitatório.

16 PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1 O prazo de vigência para o presente contrato é de 12 (doze) meses.

17 GESTORA DE CONTRATOS

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Marina Mariko Moriya Matuguma	Gestora de Contratos	920

18 FISCAIS DE CONTRATO

18.1 Titulares:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Cesar Mantovani	Diretor de Estradas	4455

18.2 Suplentes:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Anderson Nunes Moraes	Operador de Máquinas	4586

19 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

19.1 A liquidação da despesa será efetivada pela Secretaria Municipal de Finanças (SEFI), após o envio da nota fiscal/fatura assinada pelo gestor da unidade requisitante, responsável por atestar o recebimento definitivo do objeto, juntamente com a respectiva Solicitação de Despesa, NAD e/ou Nota de Empenho à SEAD.

19.1.1 Serão aceitas as notas fiscais/faturas somente após o prazo do recebimento definitivo.

19.1.2 Sujeitas à retenção de pagamento, as notas fiscais/faturas deverão estar acompanhadas obrigatoriamente da(s) Solicitação da Despesa, NAD e/ou Nota de Empenho emitida(s) pela unidade requisitante, mediante cópia simples, impressão do Portal da Transparência e/ou documento original.

19.1.3 Sujeitas à retenção de pagamento, as notas fiscais/faturas deverão constar obrigatoriamente as indicações referentes a: número da Solicitação de Despesa, NAD e/ou Nota de Empenho; número de contrato; marca (quando for o caso); fabricante (quando for o caso); modelo (quando for o caso); procedência; e prazo de garantia ou validade.

19.2 O pagamento será efetivado em até 30 (trinta) dias corridos após a liquidação da despesa, por meio de crédito na conta-corrente do fornecedor informada em sua proposta comercial, na fase de habilitação do procedimento licitatório.

19.2.1 As empresas locais participantes do Programa Marialva Compra, na forma coordenada pela SEAD, terão o pagamento efetivado em até 20 (vinte) dias corridos após a liquidação da despesa.

19.3 A contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma.

19.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento de 30 (trinta) dias iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus ao Município de Marialva.

19.5 O pagamento efetuado pela contratante não isenta a contratada de suas obrigações e responsabilidades.

19.6 É vedado à contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos recorrentes da contratação quando não for prevista a subcontratação no Termo de Referência ou Edital.

19.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

20 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, desde que relacionados ao objeto pactuado.

20.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

20.3 Receber o objeto no prazo e condições pactuados.

20.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes em Termo de Referência, Edital e Contrato para fins de aceitação e recebimento definitivo.

20.5 Rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações contidas em Termo de Referência, Edital e Contrato.

20.6 Comunicar à contratada, formalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto executado, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo predeterminado pela contratante.

20.7 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio dos fiscais de contratos designados neste Termo de Referência.

20.8 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e na forma estabelecidos em Termo de Referência, Edital e Contrato.

21 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 Cumprir todas as obrigações constantes em Termo de Referência, Edital, Contrato e sua proposta, assumindo exclusivamente como seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

21.2 Efetuar a execução do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes em Termo de Referência, Edital e Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura, na qual constarão as indicações referentes a: número da Solicitação de Despesa, NAD e/ou Nota de Empenho; número de contrato; marca (quando for o caso); fabricante (quando for o caso); modelo (quando for o caso); procedência; e prazo de garantia ou validade.

21.3 Sujeitas à retenção de pagamento, as notas fiscais/faturas deverão estar acompanhadas obrigatoriamente da(s) Solicitação de Despesa, NAD e/ou Nota de Empenho emitida(s) pela unidade requisitante, mediante cópia simples, impressão do Portal da Transparência e/ou documento original.

21.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12.º 13.º e 17.º a 27.º do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/1990).

21.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias, defeitos e/ou rejeitados no recebimento provisório.

21.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com

as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

21.8 Incluir no valor global da proposta os impostos, fretes, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas pertinentes à execução do objeto, bem como aquelas decorrentes de eventuais substituições/reparações.

22 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO

22.1 Pelo descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas, a contratada estará sujeita à aplicação das seguintes sanções, após regular apuração, mediante processo administrativo autônomo, garantido o amplo direito de defesa da contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

22.1.1 Advertência.

22.1.2 Multa moratória, na hipótese de atraso injustificado para início da execução ou para conclusão da execução do objeto do contrato, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

22.1.2.1 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida, quando o atraso não for superior 10 (dez) dias corridos.

22.1.2.2 0,70% (setenta centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, até o limite de 20 (vinte) dias, calculado, desde o décimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplida, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante.

22.1.3 Multa compensatória, quando será aplicada nos seguintes percentuais:

22.1.3.1 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela contratada ou nos casos de rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

22.1.3.2 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela sua inexecução total ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela contratante.

22.2 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, fica facultado ao Município de Marialva reconhecer a ocorrência das hipóteses de rescisão contratual. Neste caso, além da rescisão, poderão ser aplicados concomitantemente à contratada as seguintes penalidades:

22.2.1 Impedimento de licitar e contratar temporariamente com o Município de Marialva por até 02 (dois) anos.

22.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de dois anos.

22.3 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo do atraso injustificado ou execução do contrato.

22.4 As multas poderão ser aplicadas juntamente com as penas de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade.

22.5 A critério da contratante, poderão ser suspensas as sanções, no todo ou em parte, quando o atraso for devidamente justificado por escrito pela contratada e aceito pelo Município de Marialva.

22.6 O valor das multas será deduzido da importância a ser paga à contratada.

22.6.1 Se o valor da fatura for insuficiente, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida conforme prazos e critérios definidos pelo Município de Marialva, contados da comunicação oficial pela contratante.

22.6.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada ao contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

22.7 Constituem motivos para rescisão contratual as hipóteses previstas nos arts. 77.º e 78.º da Lei Federal n.º 8.666/1993.

22.8 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da contratada, a contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos.

23 CONTATOS PARA INFORMAÇÕES

23.1 Assuntos relacionados às especificações do objeto:

23.1.1 Fone(s): (44) 3232-2194 (Departamento de Serviços Públicos)

23.1.2 E-mail: almoxarifado@marialva.pr.gov.br

23.2 Assuntos relacionados aos documentos e editais:

23.2.1 Fone(s): (44) 3232-8372 / (44) 3232-8386 (Secretaria Municipal de Administração)

23.2.2 E-mail: compras@marialva.pr.gov.br

24 OBTENÇÃO DOS EDITAIS E RESPECTIVOS ANEXOS

24.1 Os editais, termos de referência e demais anexos dos procedimentos licitatórios realizados pelo Município de Marialva, na íntegra e em tempo real, poderão ser obtidos gratuitamente no sítio oficial da contratante (www.marialva.pr.gov.br), por meio de seus portais:

24.2 Portal Marialva Compra: www.marialvacompra.marialva.pr.gov.br (recomenda-se a utilização dos navegadores Internet Explorer e/ou Mozilla Firefox para o pleno carregamento da página).

24.3 Portal da Transparência: www.marialva.eloweb.net/portaltransparencia (recomenda-se a utilização dos navegadores Internet Explorer e/ou Mozilla Firefox para o pleno carregamento da página).

24.4 A obtenção dos editais, termos de referência e demais anexos dos procedimentos licitatórios realizados pelo Município de Marialva é exclusivamente de responsabilidade do licitante.

25 DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 É de responsabilidade da unidade requisitante: a formação de preço do objeto da licitação e os descritivos dos itens, sempre observando o não direcionamento do objeto a ser contratado, conforme o art. 3.º da Lei Federal n.º 8.666/1993.

25.2 A unidade requisitante é responsável por informar os documentos necessários para habilitação, conforme a complexidade do objeto, relativa à qualificação técnica, conforme o disposto no art. 30.º da Lei Federal n.º 8.666/1993.

25.3 O Município de Marialva não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos e/ou subordinados.

Paulo Vitor Becker da Silva
Auxiliar de Almoxarifado – Matrícula n.º 2665
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Marcelo Sanches
Diretor Geral de Serviços Públicos - Matrícula n.º 4542
Gestor da Unidade Requisitante



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 80F0-A47D-D775-C909

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PAULO VITOR BECKER DA SILVA (CPF 063.XXX.XXX-97) em 24/06/2022 14:10:42 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCELO SANCHES (CPF 051.XXX.XXX-80) em 24/06/2022 14:13:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/80F0-A47D-D775-C909>